

# **O ESTADO DA ARTE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA A PARTIR DO V FÓRUM BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: AGENTES SOCIAIS E PROBLEMÁTICAS.**

Maria Gabriela Lopes Lustosa (UFRJ)

Maria Cordeiro de Farias Gouveia Matos (UFRJ)

Carlos Frederico Bernardo Loureiro (UFRJ)

## **RESUMO:**

Com este trabalho, pretendemos apresentar, dentro da diversidade que é o campo da Educação Ambiental, quem são os atores sociais nele envolvidos, bem como as questões que estão sendo desenvolvidas, problematizadas e trabalhadas por esses agentes sociais. Ao estudarmos a diversidade do educador ambiental, fomos levados a uma reflexão sobre a diversidade brasileira, não só na questão ambiental, mas também na distribuição de renda e de recursos para desenvolvimento de pesquisas e ações sociais, o que nos remete aos problemas de desigualdade e injustiça social presentes no contexto socioambiental brasileiro. Não é nossa intenção aqui definir um perfil do educador ambiental brasileiro a fim de classificá-lo em padrões específicos, e sim, a partir da sistematização feita, problematizar a Educação Ambiental em sua multiplicidade de teorias e metodologias, destacando a necessidade de reflexão constante sobre a mesma e suas finalidades diante dos desafios presentes nos dias atuais. Diante disso, como objeto de estudo, analisamos documentos do *V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental*, realizado em 2005, em Goiás. Esse Fórum foi um momento de convergência de diversos setores da sociedade, um marco na história da Educação Ambiental brasileira. Assim, acreditamos que o evento ocorrido reflita aspectos identitários dos educadores ambientais brasileiros e a materialização de suas principais questões. O material documental do *V Fórum* incluiu fichas de inscrição dos participantes e os resumos dos trabalhos apresentados. Esses documentos foram organizados e cedidos pela REBEA (Rede Brasileira de Educação Ambiental). Para a nossa análise, consideramos necessário fazer antes um breve histórico da origem da Educação Ambiental e da sua trajetória no Brasil, levando em conta o contexto social, político econômico e cultural. Com esse retorno histórico e a análise documental feita em seguida, percebemos que a Educação Ambiental é um campo em crescimento, que representa o encontro de uma diversidade enorme de pessoas e, portanto, não é reducionista, possuindo um real potencial para uma práxis educativa transformadora. É importante reconhecer tais

características potenciais e inovadoras do campo, mas é também fundamental perceber que precisamos nos aprimorar e, alicerçados dentro de uma visão crítica, politizar nossas discussões e ações para que a emancipação seja possível. As críticas aqui colocadas pretendem questionar a própria Educação Ambiental e ajudar a construir novas possibilidades para o campo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Ambiental, Estado da Arte, V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental.

**ABSTRACT:**

Considering the Environmental Education field multiple features, this work intends to show who are the social actors involved in it. Also, we consider to show which questions are being developed and worked by these social agents and how these questions have been approached. When studying the diversity of the environmental educator, we were led to a reflection on the Brazilian diversity, not only in the environmental field, but also in the distribution of income and resources for the development of research and social actions. This sends us to inequality and social injustice in the Brazilian social environmental context. We do not intend to establish a profile of Brazilian environmental educator, it's not our purpose to enclose such people in some specific standards. But discussing Environmental Education (EE) on its multiplicity of theories and methodologies, emphasizing that it needs constant reflection and also to focus on how to address the problems of current days. Having this purpose as our study subject, we have been analyzing the material of *the V Brazilian Forum of Environmental Education* (V Forum), which took place in 2005, Goiás. This Forum was a mark on the history of Brazilian EE since it represented the meeting of many sectors of society. Therefore, we believe it reflects the Brazilian environmental educator profile and their main questions. The V Forum documents include the registration forms of the participants and the summaries of their works. This material was kept and organized by REBEA (Brazilian Environmental Education Network). In order to make them help our analyses, however, it was necessary to make a previous brief background of the EE's origin and its trajectory in Brazil, without forgetting the social, political, economic and cultural context. Once made this historical return and a documentary analysis, we realized that EE is a field in growth that represents the meeting of an enormous diversity of people and thus it can't be reductionist at all, and it also has a really potential for

promoting transformations. It is important to recognize these potential and innovative features of the field, but it is also fundamental to perceive that we need to improve and, based on a critical vision, to politicize our quarrels and actions to make possible the emancipation. The critics placed here intend to question Environmental Education itself and to help to construct new possibilities for the field.

**KEYWORDS:** Environmental Education, State of the Art, V Brazilian Forum of Environmental Education.

## **INTRODUÇÃO**

Vivemos atualmente uma crise socioambiental de proporções planetárias. Podemos citar inúmeros aspectos que demonstram esta crise como a desigualdade social, a fome e a miséria, o analfabetismo, o aquecimento global, a escassez de água potável, a perda da biodiversidade, entre tantas outras inaceitáveis características de nossa sociedade. Precisamos urgentemente pensar, discutir e agir para superar as relações sociais vigentes, se emancipar e transformar os modelos sociais que promovem esta realidade. Para tal, acreditamos ser primeiramente importante perceber a complexidade da questão, a complexidade da sociedade humana, dos modelos humanos e da própria crise de nossa existência. É preciso reconhecer a multiplicidade de atores, papéis e campos de trabalho para a manutenção e superação da realidade. Entre tantos campos encontramos a Educação Ambiental (EA).

Na intrincada teia que caracteriza a EA, constata-se a diversidade como uma de suas características estruturantes. Diversidade que se traduz de diferentes maneiras, desde as possibilidades temáticas que conferem o contexto de desenvolvimento das atividades educativas até as variadas concepções político-pedagógicas que hoje se expressam. É fundamental, porém, irmos além da constatação desta diversidade e buscar problematizá-la. Entender como esta se dá diante de diferentes posições políticas, com implicações práticas conflituosas. Assim, é essencial se aprofundar no entendimento desta diversidade, nas questões teóricas e práticas decorrentes das diferentes concepções e práticas. Realizar um levantamento de agentes, projetos e intenções, procurar entender quais as principais questões que são colocadas e de que forma se busca resolvê-las.

Neste contexto, o objetivo deste trabalho é realizar um “estado da arte” da EA brasileira, delineando quem são os educadores ambientais brasileiros, seus principais temas e questões abordadas. Este levantamento está sendo realizado<sup>1</sup> a partir dos documentos do *V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental (V Fórum)*, um encontro marcante na história da EA no Brasil e, até o momento, o maior de caráter nacional já realizado. Um “estado da arte” nos permitirá conhecer mais profundamente a EA e poderá acarretar em reflexões teóricas que, em relação dialética com a ação, levará a construção de uma práxis realmente emancipatória e transformadora em EA, trazendo atuações críticas, intensamente políticas e questionadoras dos modelos sociais atuais.

### **TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL**

Para entender quem são os educadores e educadoras ambientais brasileiras hoje e quais as principais questões da EA no nosso país, nos parece importante começar retomando a trajetória do campo. Por mais que diversas publicações já tenham contado e analisado historicamente este campo, nos parece fundamental relacionar com a constituição atual da EA, objeto de estudo do nosso trabalho.

Antes de começarmos a discutir a trajetória da EA em si, primeiro gostaríamos de salientar, como dito anteriormente, que o termo EA não possui um único significado, mas reflete uma diversidade de referenciais teóricos, múltiplas identidades (Layrargues, 2004). Em permanente conflito e diálogo encontramos diferentes posicionamentos político pedagógicos, uma diversidade de visões paradigmáticas sobre o que é EA<sup>2</sup> (Loureiro, 2004). Portanto, se referir à trajetória da EA no Brasil é antes de tudo entender que nos referimos a várias trajetórias, diferentes caminhos que foram sendo constituídos de variadas maneiras e assim foram criando identidades e divergindo.

Em termos cronológicos e mundiais o nome EA foi usado pela primeira vez em 1965, em um evento de educação promovido pela Universidade de Keele no Reino Unido. Em Estocolmo em 1972 na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano foi ressaltada a importância de se vincular ambiente e educação, iniciando uma discussão específica de caráter mundial que a colocou como assunto oficial da ONU e em projeção mundial.

---

<sup>1</sup> O projeto está em andamento e os resultados aqui apresentados são preliminares.

<sup>2</sup> Para exemplificar estes diferentes posicionamentos, no Brasil podemos mencionar o livro *Identidades da Educação Brasileira* (LAYARGUES, 2004) que objetiva justamente fazer um painel das diferentes visões teóricas do campo, destacando a EA crítica, a fenomenologia e a hermenêutica.

Após estes, vários outros encontros marcaram a história da EA. Podemos destacar, por exemplo, o *I Seminário Internacional de EA*, que aconteceu em Belgrado em 1975, e marcou o reconhecimento internacional da EA, resultado de ações da Unesco e da ONU. Em 1976, a Conferência de Chosica (Peru), realizada no âmbito da América Latina, inovou ao dizer que a “EA poderia ser aplicada nas mais diferentes situações, podendo oferecer soluções simples e práticas para problemas bastantes elementares relacionados à sobrevivência humana” (CARVALHO, 2002 *apud* Mendonça, 2004).

Outro marco internacional importante foi a *Conferência Intergovernamental* realizada em Tbilisi em 1977, encontro de referência até os dias atuais. Neste, as diretrizes assinadas pelos diversos países participantes – incluindo o Brasil - repensavam o modelo educacional tradicional, apontando para um meio educativo pelo qual se pode compreender de modo articulado as dimensões ambiental e social. Assim, se mencionavam termos como totalidade, complexidade, interdisciplinaridade, cooperação, entre outros<sup>3</sup>.

Além do encontro peruano já mencionado, na América Latina ocorreram ainda o *Seminário EA para América Latina* em 1979 na Costa Rica e o *Seminário Latino-Americano de EA* em 1988 na Argentina, reforçando a necessidade da preservação do patrimônio histórico-cultural e a importância da mulher no desenvolvimento de culturas ecológicas. Além destes encontros, destacamos a *Jornada Internacional de Educação e Formação Ambientais*, realizada no Rio de Janeiro em 1993, em paralelo à Conferência Oficial da Rio-92. Nesta Jornada foi produzido o *Tratado de EA para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*, que expressa o que os educadores de países de todos os continentes pensam em relação à EA e estabelece um conjunto de compromissos coletivos para a sociedade civil planetária (Loureiro, 2004).

Cabe aqui observar que com isso fica legitimado que não existe um profissional da EA com formação específica de graduação, portanto, pertencem às mais diversas áreas de formação (humanas, exatas e biológicas). Também é reconhecido que não há uma única metodologia que delinear sua forma de atuação, mas premissas gerais que são apropriadas em função das opções teóricas e políticas.

---

<sup>3</sup> Entendemos que estes questionamentos possuíam caráter genérico e muitas vezes os conceitos foram apropriados sem um aprofundamento de seus significados, o que ainda é refletido em várias ações no campo.

No Brasil poucas ações ocorreram antes da década de 1980, pois enquanto o movimento ambientalista crescia no resto do mundo, na década de 1970, estávamos sobre a égide do regime militar. O debate sobre a conservação ambiental acabou instaurando-se em nosso país sem a participação popular, de forma centralizada e por meio de forças internacionais e não por questões de nossa própria sociedade. A EA era entendida como forma de garantir a preservação do patrimônio natural, com forte sentido comportamentalista, tecnicista e voltada para o ensino de ecologia, sem perspectiva crítica. Afinal, não havia nesta época a percepção da EA como um processo educativo, histórico, vetor de transformações societárias (Loureiro, 2004).

Apesar disso, ações posteriores contradizem e superam esta visão inicial e evidenciam possibilidades diferentes. Como todo movimento histórico, inovações conseguiram emergir em meio às tradições e dialeticamente conseguiram atuar no campo da EA brasileira.

A década de 80 ficou marcada pelo início do entendimento da EA como política pública com a sua inclusão na Constituição de 1988, que estabeleceu a necessidade de “promover a EA em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

Na década de 1990 e nos anos que seguiram, o governo produziu alguns documentos importantes. O Programa Nacional de EA – ProNEA (MMA, 2005), escrito em 1994 e atualizado em 2005, foi definido por diretrizes que incluem a transversalidade e interdisciplinaridade, a descentralização espacial e institucional, a sustentabilidade socioambiental, a democracia e participação social, e o fortalecimento dos sistemas de ensino, meio ambiente e outros que tenham interface com a EA.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), produzidos com base na LDB e lançados em 1997, definem meio ambiente como um tema transversal, ou seja, permeando a concepção, os objetivos e as orientações de cada área do conhecimento. Embora critiquemos a forma como estes temas foram propostos, mantendo as disciplinas formais como eixos principais e sem definir a forma de articulação entre elas (Macedo, 1999), é inegável que, como um referencial para o ensino básico, a discussão que se põe sobre meio ambiente foi um importante marco.

Destacamos ainda a Lei nº 9795 de 1999 que institui a Política Nacional de EA (PNEA) e que vincula a questão ambiental a questões educativas curriculares e extracurriculares, buscando que o educando aplique em seu cotidiano o que é aprendido no ensino formal. Além disso, nesta lei há uma efetiva preocupação em fazer com que

os cursos de formação profissional incorporem conceitos que os levem a padrões de atuação menos impactantes. Refletindo sobre esta legislação e programas governamentais cada vez mais incorporados das questões da EA, cabe colocarmos a pergunta: Como este posicionamento governamental e legal vem sendo interpretado e realizado na sociedade brasileira?

Além destas ações governamentais, ações da sociedade civil brasileira também merecem destaque na trajetória da EA. Diversos projetos em EA foram realizados em parceria entre setores sociais e pelos movimentos sociais. Foram ainda criadas redes de contato e articulação, entre elas a Rede Brasileira de EA (REBEA), em 1992, e diversas redes estaduais. Redes estas que expressam continuamente a mobilização de educadores e ambientalistas em torno da EA e que já organizaram diversos projetos e encontros, entre eles o V Fórum.

Assim como na trajetória da EA mundial, os eventos foram marcantes na história da EA no Brasil. Desde o *I Congresso Brasileiro de EA* e o *1º Encontro Nacional de Educação para o Meio Ambiente* ambos em 1988, incontáveis outros eventos ocorreram, com público crescente e de diferentes formações profissionais. Destacando-se o encontro descrito e pesquisado por nós, o *V Fórum Brasileiro de EA*. Isso mostra a inserção atual do debate ambiental na sociedade brasileira. Ao refletirmos sobre esta inserção, colocamos outras questões: De que forma esta inserção está acontecendo? Que questões são trazidas pela sociedade brasileira hoje?

Este breve retorno à trajetória da EA no Brasil nos mostra um processo contraditório, plural e dinâmico, e fica claro que neste processo ainda precisamos entender como estas características são postas na estrutura atual. Como a sociedade interpreta e realiza EA? Que parte da sociedade está envolvida com este processo atualmente? Quem são estes agentes sociais? Como as divergências históricas se refletem na práxis em EA? Este trabalho pretende discutir algumas destas questões, trazendo é claro novos questionamentos e perspectivas.

## **O V FÓRUM BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Para pensar sobre estas questões e desenvolver nossas pesquisas trabalhamos com os documentos do *V Fórum*, por entender que este foi o maior encontro nacional da área e um dos mais marcantes na trajetória do campo no Brasil, por convergir ações governamentais e reunir redes importantes da sociedade civil brasileira. Assim, acreditamos ser relevante nos aprofundarmos na história deste encontro.

O *IV Fórum Brasileiro de Educação Ambiental* ocorreu em 1997, sendo este também o *I Encontro da Rede Brasileira de EA*. Após este encontro, sete anos se passaram até a realização do *V Fórum*. Apesar de ter sido um longo tempo sem um encontro formal para discussões e apresentações de trabalho, foi um tempo em que houve um fortalecimento das redes de EA, convergindo no sucesso do *V Fórum*.

Este evento aconteceu entre os dias 3 e 6 de novembro de 2004 em Goiânia, organizado pela REBEA com apoio do MMA, MEC, Governo estadual de Goiás e prefeitura de Goiânia. Contou com a participação de mais de 3000 educadores e educadoras ambientais de todo o país que participaram de conferências, mesas redondas, oficinas, mini-cursos e outras atividades paralelas organizadas em torno de três eixos temáticos: Política Nacional de EA; Formação do Educador Ambiental; e Redes Sociais e EA.

## **ASPECTOS METODOLÓGICOS**

O material do *V Fórum* (fichas de inscrição e resumos dos trabalhos apresentados) nos foi cedido pela REBEA para uma tentativa de analisar o perfil do educador ambiental brasileiro e dos tipos de trabalhos que estão sendo desenvolvidos por estes.

Para fazer o perfil destes educadores ambientais presentes no *V Fórum* foram analisadas inicialmente apenas as fichas de inscrição dos participantes do encontro que apresentaram trabalhos. Para a análise dos resumos dos trabalhos foi feita uma pesquisa qualitativa a fim de se dividir por eixos temáticos e chegar às semelhanças existentes dentro da diversidade do que é a EA no Brasil.

É importante colocarmos aqui que este trabalho está sendo escrito em fase inicial da pesquisa. Pretendemos continuar esta pesquisa analisando o perfil dos demais participantes do encontro e analisando mais profundamente um maior número de trabalhos, buscando, assim, ampliar nossas observações e conclusões. No entanto, acreditamos que os dados até aqui retirados nos mostram muito sobre a EA brasileira e, portanto, devem ser compartilhados e utilizados como subsídio para debates no campo. Além disso, em sentido complementar, pretendemos realizar futuramente entrevistas com organizadores do *V Fórum* e observar outros tipos de documento para detalhar a história deste encontro tão significativo para a EA brasileira.

## PERFIL DOS EDUCADORES DO ENCONTRO

Foram apresentados 554 trabalhos, sendo que 506 autores destes compareceram ao encontro. O grande número de trabalhos apresentados nos surpreendeu positivamente, pois parece ser uma demonstração de que os sete anos que separaram o IV do V Fórum foram muito produtivos e é mais uma comprovação do crescimento do campo.

As fichas de inscrição foram analisadas e classificadas segundo os seguintes critérios: gênero (Tabela 1), faixa etária (Tabela 2), estado de origem (Tabela 3), instituição representada (Tabela 4) e preferência das atividades oferecidas durante o encontro. Acreditamos que estes critérios possam nos dar um bom panorama de quem são os educadores e educadoras ambientais. Além disso, critérios como faixa etária, estados de origem e instituições representadas estão presentes em muitos diagnósticos de EA<sup>4</sup>, facilitando uma possível comparação dos dados a fim de corroborar ou não determinadas hipóteses.

Estes foram os dados possíveis de se extrair das fichas uma vez que ainda não foram feitos outros métodos de coleta de dados como entrevistas ou pesquisas a outros documentos.

Em relação à distribuição de gênero, temos o seguinte:

### 1. Tabela de participação por gênero.

Gênero	Quantidade	Porcentagem (%)
Mulheres	382	75.5
Homens	124	24.5
Total	506	100

Há uma visível diferença na participação por gênero. Mais de 70% dos presentes no encontro eram mulheres. Apesar de todas as divergências existentes no campo da EA, esta é acima de tudo, e não podemos esquecer disto, educação. Acreditamos que haja, assim, uma relação entre os componentes da EA e da própria educação, pois este é um campo historicamente feminino.

Em termos etários, temos a seguinte distribuição:

<sup>4</sup> Como os diagnósticos da REPEA (Rede Paulista de EA) e um diagnóstico da REBEA (Rede Brasileira de EA)

## 2. Tabela representativa das faixas etárias.

<b>Faixa Etária</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Entre 21 e 30 anos	160	36,2
Entre 31 e 40 anos	116	26,0
Entre 41 e 50 anos	121	27,2
Acima de 50 anos	47	10,6
Total	444	100

Nota-se que há uma participação acentuada de jovens entre 21 e 30 anos.

A EA é um campo novo profissional e de atuação política e engloba questões atuais e formas de se posicionar diante do mundo que estão atraindo muitos jovens, recém formados ou em início de formação. Além disso, as redes de EA de todo o país crescem, assim como os coletivos jovens, o que afeta também a distribuição etária.

Deboni (2006), se “arriscou a enunciar” cinco pontos de maior interesse da juventude pela questão ambiental. São eles: educação formal - este tema faz parte da vida do jovem desde a escola até a universidade; educação não-formal - há um grande número de redes, movimentos, organizações, coletivos disponíveis à participação jovem; mídia - tanto a comunitária quanto a comercial exerce considerável influência sobre os jovens; políticas públicas - têm o poder de envolver e mobilizar sujeitos sociais na construção de ações em suas áreas de atuação; e o mercado - a área ambiental vem crescendo como campo de trabalho e geração de renda.

Em relação aos trabalhos, vejamos a tabela abaixo:

## 3. Tabela de quantidade de trabalhos apresentados por regiões brasileiras

<b>Regiões</b>	<b>Quantidades</b>	<b>Porcentagem</b>
Norte	77	13,9
Nordeste	76	13,7
Centro-Oeste	102	18,4
Sudeste	250	45,2
Sul	49	8,8
Total	554	100

Para analisar esta tabela levamos em consideração alguns fatores como proximidade geográfica, questões financeiras - como o custo da inscrição, deslocamento e maior afinidade e/ou preocupação com a questão ambiental.

Mais de 45% dos trabalhos foram desenvolvidos na região sudeste. Provavelmente isto se dá devido a uma maior concentração de universidades, financiamentos e projetos nesta região, refletindo a desigualdade na distribuição de renda e poder institucional dentro do país. Em segundo lugar ficou a região centro-oeste. Lembrando que o V Fórum aconteceu em Goiás podemos pensar na facilidade do acesso e num maior envolvimento de atores locais na própria realização do encontro. Com pouco mais de 13% temos as regiões Norte e Nordeste. Para estas regiões acreditamos que haja influência tanto da distância quanto dos custos do encontro para uma quantidade menor de trabalhos apresentados. Apenas 8% dos trabalhos apresentados vieram da região Sul, provavelmente pela distância que aumenta em muito as despesas para o participante.

Em termos de perfil institucional, temos:

#### 4. Tabela das instituições representadas.

Instituições	Quantidade	Porcentagem (%)
Não colocou a instituição	13	2.6
Organizações da sociedade civil sem fins lucrativos <sup>5</sup>	41	8.1
Instituições governamentais	107	21.2
Empresa Privada	21	4.1
Escola Publica	21	4.1
Universidade Publica	200	39.7
Universidade Particular	97	19.2
Escola Particular	5	1
Total	505	100

<sup>5</sup> Gostaríamos de enfatizar que neste momento inicial, com a documentação que tivemos acesso, consideramos todas estas entidades em conjunto, mas entendemos que estas possuem diferentes papéis e funções sociais, como as Organizações Não Governamentais (ONGs) e os Movimentos Sociais, por exemplo sindicatos. Em breve será feita uma análise mais profunda deste quadro.

As instituições que apresentaram trabalho eram em sua maioria instituições públicas de diferentes setores, o que mostra ainda o poder e o papel imprescindível do Estado na consolidação do campo de estudo. Julgamos este um dado relevante a ser aprofundado e discutido futuramente, afinal somente com o fortalecimento do Estado, em seu caráter democrático, poderemos garantir a universalização da EA como política pública.

No que se refere às atividades, observamos que, em termos de Mini-cursos propostos, os três mais escolhidos pelos autores de trabalho aqui analisados foram:

- A imagem fotográfica como instrumento de sensibilização ambiental.
- Métodos de gerenciamento de visitação em áreas naturais.
- O papel da bioética na EA.

As três oficinas mais escolhidas foram:

- Danças circulares, vivenciando a EA.
- EA lúdica.
- EALA-método de ensino ludo-artístico de EA.

Como não foi possível recolher dados quanto à preferência dos GTs, utilizamos os dados finais. Os três GTs mais procurados por todos os participantes do encontro foram:

- Formação de educadores e educadoras ambientais
- Programa universitário de EA
- ProNEA- Programa Nacional de EA

Há uma notável procura por atividades lúdicas quando se tratando de mini-cursos e oficinas. É preciso conhecer melhor o teor conceitual destes para problematizar este dado obtido. Certamente, o destaque feito a este aspecto serve para denunciar o reducionismo dos processos educativos que se definem apenas em torno de conteúdos e estabelecer ações integradoras (razão e afetividade) que atuem na formação humana. Contudo, de acordo com Loureiro (2004) “a EA é uma práxis educativa que além de cultural e informativa é fundamentalmente política, formativa e emancipatória”. Logo, enquanto práxis, a EA não precisa dissociar a sensibilidade que envolve e emociona educador e educando das questões cognitivas e da questão política que torna esta

educação transformadora da realidade social existente, pois “andam de mãos dadas”, em um processo simbiótico que torna a transformação possível.

Já para os grupos de trabalhos percebe-se uma procura por questões relacionadas a políticas públicas, o que nos parece bastante oportuno. A Política Nacional de EA vem sofrendo profundas transformações e iniciativas estão sendo tomadas no sentido de a consolidar e há uma necessidade de os educadores e educadoras estarem se atualizando para poder ter uma efetiva participação.

### **ALGUMAS QUESTÕES TRAZIDAS POR ESTES EDUCADORES**

Foram feitas observações dos trabalhos apresentados por estes educadores e educadoras, mas como dito anteriormente, esta pesquisa ainda encontra-se em fase inicial, e desejamos ainda construir uma ficha de análise para quantificar algumas das informações qualitativas que notamos até aqui e que serão expostas.

Os trabalhos apresentados no encontro incluem projetos em comunidades agrícolas, em comunidades urbanas, em escolas, em unidades de conservação e dentro de instituições públicas. Os principais temas se referem a questões sobre o lixo, organização de redes, ecologia na sala de aula, relações interpessoais em ambientes de trabalho, gerenciamento de unidades de conservação, entre outros. Percebendo a EA como ampla e complexa, é esperado que haja diferentes contextos de desenvolvimento das atividades educativas e variadas questões sejam colocadas. Entendemos que esta diversidade é não só formadora, mas essencial para este campo que precisa lidar com diferentes estruturas da sociedade e mais que isso, com as relações entre estas. Percebemos que a diversidade é extremamente saudável para evitar o reducionismo das questões ambientais, mas é preciso ficar claro qual é a posição política de cada agente dentro desta diversidade.

A maioria dos trabalhos analisados mais profundamente até o momento apresenta projetos, não esclarecendo muitas vezes o seu objetivo e perspectiva teórica. Além disso, identificamos que a maior parte dos trabalhos não realiza questionamentos societários mais estruturantes e nem se aprofunda na questão de como historicamente os problemas ambientais se deram. Segundo Guimarães (2006), esta constatação reflete uma “armadilha paradigmática” em que, apesar do discurso inovador, não há uma superação dos modelos centrais que organizam nossa sociedade (cientificismo, antropocentrismo, fragmentação, opressão, expropriação, entre outros) e nem ações

políticas e coletivas que gerem alterações substantivas das relações sociais. Assim, mesmo com o declarado aumento da consciência mundial sobre a crise ambiental e do número de ações em prol do ambiente nos últimos 30 anos, a degradação ambiental cresceu no Brasil e no mundo. Para uma transformação real da crise socioambiental que vivemos, é preciso ir além do discurso ambientalmente correto, de pequenas ações que se encaixem dentro do modelo político e econômico atual, é preciso repensar as estruturas deste modelo.

Por intermédio da análise dos trabalhos percebemos também a necessidade de maior conhecimento teórico do campo. Acreditamos que a ação e a teoria precisam estar acopladas, relacionadas, dialogando e se constituindo como algo único. Se entendemos que a EA hoje inclui diversos significados identitários e fundamentais e que estes decorrem em diferentes posicionamentos político-pedagógicos, é preciso ter claro qual a fundamentação teórica que está delimitando suas ações. Assim, ao se realizar projetos em EA, é preciso refletir sobre que EA está se tratando, sobre que pressupostos políticos e pedagógicos se está baseado. Alguns dos trabalhos apresentados deixam claras a sua intenção e visão de EA, mas a maior parte carece de aprofundamento e posicionamento. E isso é fundamental para que pensemos a práxis na EA. De acordo com Konder (1992), a práxis é a atividade concreta pela qual o sujeito se afirma no mundo, mudando a realidade objetiva e sendo modificado, de modo reflexivo, remetendo a teoria à prática. Teoria e prática precisam ser enxergadas como uma unidade, uma é constitutiva da outra. Acreditamos que a falta de teorização é fruto da divisão social do trabalho, na sociedade moderna há os responsáveis por teorizar e os responsáveis pela prática, gerando a alienação dos indivíduos, que não percebem o produto de suas ações e a possibilidade real de transformação. Podemos afirmar que a prática educativa que ignora tal entendimento do sentido transformador, a problematização crítica da realidade e a possibilidade de atuação consciente nessa, se configura como politicamente compatibilista, socialmente reprodutora e metodologicamente não dialógica, adequando sujeitos a padrões, modelos idealizados de natureza, dogmas e relações opressoras de poder (Loureiro, 2004).

Estes dados iniciais mostram a necessidade do diálogo em prol de uma EA realmente transformadora. Percebemos que a EA é um campo que está em pleno crescimento e representa o encontro de pessoas muito diferentes, e assim não é reducionista e apresenta um enorme potencial para a transformação socioambiental de nossa sociedade. É importante reconhecermos estas características potenciais e

inovadoras do campo, mas é também fundamental perceber que precisamos nos aprimorar e, dentro de uma visão crítica, politizar nossas discussões e ações para que uma real emancipação seja possível. As críticas aqui colocadas pretendem questionar a própria EA e ajudar a construir novas possibilidades para o campo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DEBONI, F. (2006). Educações ambientais e juventudes: movimento singular e plural. *In: MATOS (org.) **Cultura de paz, Educação Ambiental e movimentos sociais: ações com sensibilidade.*** Fortaleza: UFC.
- DIAS, G. F. (1992) **Educação Ambiental, princípios e práticas.** São Paulo: Gaia.
- GUIMARÃES, M. (2006). Armadilha paradigmática na Educação Ambiental. *In: LOUREIRO, LAYARGUES e CASTRO (org). **Pensamento complexo, dialética e Educação Ambiental.*** São Paulo: Cortez.
- KONDER, L. (1992) **O fruto da filosofia da práxis.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LAYARGUES, P. P. (2004). “Apresentação: (RE)Conhecendo a Educação Ambiental Brasileira”. *In: LAYARGUES, P. P. (org). **Identidades da Educação Ambiental brasileira.*** Brasília: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE.
- LAYARGUES, P. P. (2004). **Identidades da Educação Ambiental brasileira.** Brasília: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE.
- LOUREIRO, C. F. B. (2004). **Trajatórias e Fundamentos da Educação Ambiental.** São Paulo: Cortez.
- LOUREIRO, C. F. B. (2006). “Problematizando conceitos: contribuição à práxis em Educação Ambiental”. *In: LOUREIRO, LAYARGUES e CASTRO (org). **Pensamento complexo, dialética e Educação Ambiental.*** São Paulo: Cortez.
- LOUREIRO, C. F. B. e SANTOS, C. (2006) A dimensão afetiva na Educação Ambiental, sob a perspectiva da constituição interdependente entre subjetividade e objetividade no devir. *In: MATOS (org.) **Cultura de paz, Educação Ambiental e movimentos sociais: ações com sensibilidade.*** Fortaleza: UFC.
- MACEDO, E. F. (1999). Parâmetros Curriculares Nacionais: a falácia de seus temas transversais, *In: MOREIRA, A. F. **Currículo: políticas e práticas.*** Campinas: Papirus.
- MENDONÇA, P. R. (2004). **Educação Ambiental como política pública: avaliação dos parâmetros em ação-meio Ambiente na escola.** Brasília, Dissertação de Mestrado, Centro de Desenvolvimento Sustentável/ UNB.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (2005). **Programa Nacional de Educação Ambiental**. Brasília.

REDE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. <http://www.rebea.org.br/vforum>

Maria Gabriela Lopes Lustosa [gabrielalustosa@yahoo.com.br](mailto:gabrielalustosa@yahoo.com.br)

Maria Cordeiro de Farias Gouveia Matos

Carlos Frederico Bernardo Loureiro